



## MICHEL FOUCAULT E O CONCEITO DE GOVERNAMENTALIDADE

Leandro Alves Martins de Menezes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente estudo tem como propósito analisar, genealogicamente, uma espécie de topologia introdutória dos problemas de governo no pensamento de Michel Foucault, sobretudo, no que diz respeito às condições de possibilidade e às características mais relevantes da invenção do conceito biopolítica. O que se tem aqui como propósito não é a simples aplicação dos conceitos, em suas perspectivas históricas, mas o de formular o mapeamento desses conceitos, no percurso do pensamento de Foucault. Para isso, a elaboração de nosso estudo se dá a partir de uma análise atenta às origens dos governos da vida em associação com o poder pastoral, com o nascimento e desenvolvimento da economia política.

**Palavras-chave:** Foucault, governo, biopoder, genealogia.

---

<sup>1</sup> Mestre em História - área de concentração Culturas, Fronteiras e Identidades (UFG/2011), com pesquisa sobre filosofia da história e história das ideias. Atualmente é professor nos departamentos de Economia, Relações Internacionais e História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO) e nos colégios CPMG, SESI e SENAI. e-mail: [leandromenezes7@hotmail.com](mailto:leandromenezes7@hotmail.com)

Michel Foucault, em suas produções realizadas nos anos de 1974 até 1976, preocupou-se em identificar na passagem da idade clássica para a modernidade a estrutura formativa e histórica da anatomopolítica, da biopolítica e a emergência do racismo de Estado. Há, aparentemente, um hiato nas suas pesquisas entre os cursos *If faut défendre la société* e *Sécurité, territoire, population*. Para sermos mais precisos, isso se deu no ano de 1977, devido a um pedido de férias<sup>2</sup> do Collège de France. Todavia, Foucault parece naquele ano não ter ficado muito distante de suas pesquisas, porque com o curso de 1978 a temática de suas aulas teve como base uma perspectiva bastante diversa da apresentada anteriormente. Embora o campo de estudo tenha permanecido próximo, suas perguntas, em contrapartida, foram outras, demonstrando uma ordem de preocupação histórica radicalmente diferente. É nesse ponto que se pode identificar uma possível origem das primeiras tecnologias praticadas na biopolítica e assentadas em um poder de tipo pastoral. Desse modo, para o curso em questão, foi proposto construir algo próximo de uma história do poder pastoral. Tal objetivo é justificado por Foucault, em sua pesquisa, no que tange à tentativa de encontrar a base genealógica das tecnologias políticas que compreendam a vida como estrutura biológica, como espécie.

Foucault, durante o curso ministrado no Collège de France em 1978, propôs um conceito inventivo, o qual intitulou por *governamentalidade*<sup>3</sup>. Antes de elucidar os traços históricos e filosóficos dessa sua invenção conceitual, faz-se necessário explicitar o que o autor compreende por governo, o que é, pois, governar. Em suma, há uma clara separação entre o que é *governar*, em relação à idéia de *reinar, fazer lei, comandar*. Governar

<sup>2</sup> “Michel Foucault lecionou no Collège de France de janeiro de 1971 até sua morte em junho de 1984 – com exceção de 1977, quando gozou de um ano sabático. O nome da sua cadeira era: *História dos sistemas de pensamento*.” Nota de François Ewald e Alessandro Fontana; ver: FOUCAULT, 2008, nota p. XIII.

<sup>3</sup> O conceito *governamentalidade* é um neologismo que Foucault, em 1978, criou visando apresentar, em suas obras e cursos, a maneira como os governos historicamente conduziram as condutas dos homens, das populações como ponto de análise para as relações de poder que são por ela estabelecidas.

não seria, então, imediatamente o mesmo que ser soberano, senhor, juiz, proprietário, general, professor etc. O que seria governar? Que forma de poder específico opera essa definição em Foucault?

A hipótese primeira é que inicialmente a palavra *governo* não esteve associada à *política*. Recorrendo aos dicionários históricos de língua francesa, Foucault percebe que, durante os séculos XIII, XIV e XV, a terminologia relacionava-se ao sentido material, físico, espacial, uma vez que governar era dirigir algo, seguir algum caminho. Encontramos nesse período também o significado imbuído de conotação moral, ou seja, governar poderia ser compreendido como a prática de se conduzir determinado indivíduo tendo em vista uma ação correta, qual seja, espiritual ou material; impor um regime, por exemplo, a um doente, propor-lhe, enfim, modos de conduta ética. Expressões como *a mulher era de mau governo ou em decorrência do bom governo do médico, o paciente superou a doença* sustentavam a compreensão do termo em questão durante todos esses séculos. Outro sentido seria associado aos imperativos de uma relação com o outro, donde governar alguém poderia ser compreendido como entreter alguém, falar com alguém.

Antes da palavra *governo* atingir um sentido político, seu estatuto semântico apresentava-se, extensamente, poliédrico. Assim, Foucault, na aula de oito de fevereiro do curso de 1978, justifica que tal termo

[...] se refere ao deslocamento no espaço, ao movimento, que se refere à subsistência material, à alimentação, que se refere aos cuidados que se podem dispensar a um indivíduo e à cura que se pode lhe dar, que se refere também ao exercício de um mando, de uma atividade prescritiva, ao mesmo tempo incessante, zelosa, ativa, e sempre benévola (FOUCAULT, 2008, p. 164).

Nesse cenário, notamos que o que é governado não é um Estado, nem um território ou mesmo uma estrutura política. O que se toma por objeto de governo são as pessoas, as coletividades, os indivíduos.

A partir dessa inferência, Foucault nos apresenta uma hipótese no

mínimo polêmica. Argumenta que a compreensão do governo enquanto governo dos homens não se origina nos modelos gregos, nem pertence a uma ideia romana. Segundo o autor, nas mitologias gregas há, em geral, uma ênfase no contexto de governar associado ao direcionamento das cidades, tendo o objetivo de ação frente ao território e não sobre os indivíduos. Assim como alegoricamente aponta: “[o] capitão ou o piloto do navio não governa os marujos, governa o navio. É da mesma maneira que o rei governa a cidade, mas não os homens da cidade” (FOUCAULT, 2008, p.165). O governo dos homens é apenas indireto na medida em que esses mesmos estão na cidade. Qual seria então a origem dessa forma de governo? Sobre isso, Foucault diz que

[...] se pode dizer que a ideia de um governo dos homens é uma ideia cuja origem deve ser buscada no Oriente, num Oriente pré-cristão primeiro, e no Oriente cristão depois. E isso sob duas formas: primeiramente, sob a forma da ideia e da organização de um poder de tipo pastoral, depois sob a forma da direção de consciência, da direção das almas (FOUCAULT, 2008, p. 166).

No Oriente, encontramos discursos religiosos centrados na concepção de uma organização pastoral de poder em relação aos homens, em regiões como no Egito Antigo, Assíria, Mesopotâmia e, sobretudo, entre os hebreus. O rei, nesses cenários, era compreendido como o pastor dos homens. Percebemos, assim, entre Deus e o soberano, uma simetria, considerando que ambos são os pastores dos homens. O soberano é, na verdade, uma espécie de eixo de ligação das vontades divinas no âmbito terrestre, sendo o rei, então, uma espécie de subalterno de Deus.

Essa visão é bastante diversa da perspectiva religiosa e política grega. Entre os gregos, os deuses não conduziam homens como rebanho. A ação dos deuses é de formação e manutenção das cidades. Os deuses gregos, de uma forma geral, são entidades territoriais que possuem sua localidade, seu templo, seu lugar privilegiado. Noutro sentido, por exemplo, o Deus hebraico assume características de deslocamentos sobre os caminhos mais férteis, de condução dos povos e dos indivíduos.

É função do pastor, do exercício de poder pastoral, alimentar diretamente o rebanho, os indivíduos; tal qual Moisés foi designado por Deus a fim de conduzir o rebanho de Israel. Esse poder é sustentado sob a missão do dever em relação às pessoas que são governadas. O soberano que assume o poder pastoral é aquele que visa afastar a desgraça de seu rebanho. O mau pastor, por sua vez, é o que só consegue pensar no pasto a seu favor, isto é, visando lucro. Por outro lado, o bom pastor pensa apenas nas condições do seu rebanho.

Nessa bipolaridade, Foucault aponta a postura de um governo territorial, espacial, associado ao mau governo pastoril, sendo o bom governo aquele que visa o bem-estar do rebanho, estando a serviço dele. Contudo, esse poder é individualizante. Embora o pastor dirija todo o rebanho, sua ação só se confirma na medida em que nenhuma ovelha escape aos seus domínios. Por isso, o pastor produz uma atividade diária de contar as ovelhas. Na ótica hebraica, o pastor só existe na medida em que o rebanho o faz existir. Essa prática se repete nas tradições cristãs, quando se toma nota de que o pastor sendo único, se sacrifica pelo todo, pelo rebanho. O governo pastoral, esse gênero de poder, estabelece-se nas multiplicidades e não no território. Os modelos grego e romano seguem uma estrutura estranha a esse tipo de poder pastoral.

A noção pastor-rebanho é um tema frequente na literatura egípcia faraônica, na Assíria, mas não entre romanos e gregos. Para não dizer que é inexistente, podemos afirmar que é pouco recorrente e quando o é, a noção de pastorado se torna distinta daquela que passa a ser assumida, algum tempo depois, pelo cristianismo. Há indicações, em Foucault, por exemplo, na tradição pré-socrática, especialmente a pitagórica, de referências do modelo pastoral, que os gregos denominam *nómos* e *kósmos*. Na obra *Helenização e recreação de sentido*, de Miguel Spinelli, encontramos o cenário de formação do pastorado cristão nos séculos II, III e IV. Dentro de uma vasta abordagem, verificamos uma rápida apresentação dessa perspectiva pitagórica e por ela conseguimos encontrar rastros de uma visão pastoral:

É a Pitágoras que se atribui a invenção da palavra *Kósmos*, a fim de designar a beleza e o arranjo da Natureza. “Foi Pitágoras (o relato é de Aécio) o primeiro a dar o nome de *Kósmos* ao invólucro do universo, justamente por causa de sua organização <táxis>” (SPINELLI, 2002, p. 2006-2007; grifos do autor).

É uma proposta pastoral, porque compreende a criação do mundo a partir de algo gestor, uma ordem observável. Nesse âmbito, o bom pastor é aquele que produz lei, distribui alimento, dá direcionamento ao rebanho, indica caminhos corretos etc. Por outro lado, é importante diferenciar a noção pastoral grega das noções encontradas no Oriente.

Recorrendo ao diálogo de Sócrates com Trasímaco, no livro I, de *A República*, de Platão, percebemos a alusão ao bom magistrado, ao bom governante associado ao gestor, proposto por Trasímaco, numa relação de semelhança metafórica com o bom pastor. Tal metáfora se apresenta de três maneiras: 1) como representação da figura dos deuses, que são fundadores das cidades, pastores da humanidade; 2) como magistrado do tempo atual, o indivíduo que gere e governa a cidade; 3) como premissa de que só é possível ser um bom magistrado sendo um verdadeiro pastor. Lendo a voz desse sofista, podemos entender essa posição por uma análise mais próxima:

Estás de má-fé a discutir, ó Sócrates. Chamas, por exemplo, médico, àquele que se engana relativamente aos doentes, precisamente pelo facto de se enganar? Ou chamas hábil calculador àquele que erra seus cálculos, precisamente por esse erro? Parece-me que são formas de dizer que usamos – de que o médico se enganou, ou o calculador ou o mestre-escola. Quando, na realidade, cada um destes na medida em que lhe damos estes nomes, jamais erra. De maneira que, em rigor, uma vez em que também gostas de falar com precisão, nenhum artífice se engana. Efectivamente, só quando o seu saber o abandona é que quem erra se engana e nisso não é um artífice. Por consequência, artífice, sábio ou governante algum se engana, enquanto estiver nessa função, mas toda a gente dirá que o médico errou, ou que o governante errou. Tal é a acepção em que deves tomar a minha resposta de há pouco. Precisando os factos o mais possível: o governante, na medida em que está no governo, não se engana; se não

se engana, promulga a lei que é melhor para ele, e é essa que deve ser cumprida pelos súbditos. De maneira que, tal como declarei de início, afirmo que a justiça consiste em fazer o que é conveniente para o mais poderoso (PLATÃO, 2001, p.27-28).

Platão, noutro sentido, a partir dos diálogos de Sócrates, nessa mesma obra, alega que as relações entre governo e cidade não se aplicam à noção pastor-rebanho, na medida em que nem todo pastor permite a produção de um homem político. Ser pastor, nesse sentido, consistiria em ser único e em fazer tudo pelo rebanho. A crítica em Platão é justamente esta, o magistrado não pode ser um pastor, porque sozinho, sendo único, ele não é capaz de gerir todos em uma república. Pelo contrário, os poderes pastorais seriam inimigos do rei, do magistrado, do governante. Tal como afirma Foucault, na aula de quinze de fevereiro, sobre a posição de Platão:

O agricultor, o padeiro é um rival do rei, é pastor da humanidade. Mas o médico que trata os que estão doentes também é pastor, exerce função de pastor, o professor de ginástica, o pedagogo que cuida da boa educação das crianças, da sua saúde, do vigor do seu corpo, da sua aptidão, estes também são pastores em relação ao rebanho humano. Todos podem reivindicar ser pastores e, portanto, são rivais do homem político (FOUCAULT, 2008, p. 191).

O governante não pode ser um subalterno, assim como encontramos nas narrativas pastorais. Percebemos um padrão pastoral grego bastante distinto dos avistados no mundo oriental. Na visão grega, boa parte do pastorado não é político, havendo uma clara separação da noção de pastorado e da ação política. Sócrates e Platão contrariam Trasímaco na própria noção de pastor, exemplificada, entre outros, pela figura do médico e pela desconexão dessas práticas em vista de ações políticas:

Ora, nenhum médico, na medida em que é médico, procura ou prescreve o que é vantajoso ao médico, mas sim ao doente? Pois concordamos que médico, no sentido rigoroso, é o que governa os corpos, e não o que faz dinheiro com eles. Ou não concordamos? (...) Portanto, Trasímaco, nenhum chefe examina ou prescreve o que é vantajoso a ele mesmo,

mas o que é para o seu subordinado, para o qual exerce a sua profissão, e é tendo esse homem em atenção, e o que lhe é vantajoso e conveniente, que diz o que diz e faz tudo quanto faz (PLATÃO, 2001, p.31).

Essas narrativas filosóficas, portanto, não nos dão subsídios que embasem a hipótese pastoral no âmbito político. Em especial, não encontramos tais referências nos discursos míticos. Afinal de contas, os deuses gregos, em termos gerais, são entidades fundadoras, territoriais, que fornecem ferramentas aos homens, mas não fornecem caminhos. A participação dos deuses na vida dos homens é indireta. São os homens que se dirigem a política, não os deuses, nem os pastorados. Os magistrados fazem parte dos homens, não podendo ser considerados pastores.

A compreensão política que se fazia presente entre os gregos, segundo Foucault, não se pautava por uma semelhança ao pastor, mas se aplicava à metáfora do tecelão. O pastor é o que cuida de todo o rebanho, já o tecelão, de outra parte, é o que desenvolve as atividades que lhe compete, com a ajuda de certo número de ações internas, preparatórias, como é o caso, por exemplo, da preparação da lã, da trança do fio etc. A atividade do tecelão é operada por uma relação de interdependência com outras ações adjuvantes para que ele possa trabalhar. O homem político liga-se nesse processo de rede. A arte do rei, na perspectiva grega, não é a mesma arte do pastor, é na verdade a do tecelão. Por isso, Foucault afirma a ausência do pastorado no vocabulário político clássico entre os gregos, e, nos poucos momentos em que a ideia é apresentada, quase automaticamente, é rechaçada, conforme vimos em Platão.

Foucault conclui que o tema do pastorado tem origem entre os orientais e os hebreus, mas que só se difunde com o advento do cristianismo. Essa é a sua hipótese sobre a genealogia do pastorado na política ocidental:

Assim sendo, creio que podemos dizer o seguinte: a verdadeira história do pastorado, como foco de um tipo específico de poder sobre os homens, a história do pastorado

como modelo, como matriz de procedimentos de governo dos homens, essa história do pastorado no mundo ocidental só começa com o cristianismo (FOUCAULT, 2008, p.196).

No curso de 1978, o autor insiste longamente na distinção do pastorado grego e oriental, porque é seu objetivo justificar que as condições formadoras do cristianismo como modo de governo e os governos biorreguladores que foram constituídos na modernidade, em alguma medida, legaram do pastorado oriental. Argumento que, cumpre lembrar, não aparece em seu curso anterior.

O dispositivo do poder pastoral existente desde os antigos seria, para Foucault, reafirmado na lógica cristã e aperfeiçoado por mais de quinze séculos. É lapidado desde os séculos II e III d.C. até o século XVIII, de quando as redes do poder pastoral modificaram-se em sua dinâmica. As guerras religiosas ocorridas a partir do século XV, entre outros elementos, apontam para a busca do melhor pastor, sobretudo, se tomarmos como exemplo histórico a Reforma e a Contra Reforma. Foucault defende que apesar de nesses séculos as ordens de poder, as dinâmicas terem mudado, uma característica permaneceu em jogo, a do princípio pastoral. Sobre isso, Foucault diz que

[...] o poder de tipo feudal sem dúvida conheceu revoluções ou, em todo caso, defrontou com uma série de processos que acabaram liquidando-o de fato e varrendo-o da história do Ocidente, salvo alguns vestígios. Houve revoluções antifeudais, nunca houve uma revolução antipastoral. O pastorado ainda não passou pelo processo de revolução profunda que o teria aposentado definitivamente da história (FOUCAULT, 2008, p. 1999).

Assim, defende o argumento de que ao longo desses quinze séculos, vários sistemas políticos, redes de poderes, foram alterados, questionados, mas jamais o pastorado e que o poder pastoral, por seu turno, fora investido pela política moderna nos níveis da arte de governar, do poder disciplinar, do liberalismo e da própria biopolítica. Em 1978, pela primeira vez, é por ele estabelecida uma relação direta e aguda das técnicas de governo

da vida com certas práticas do mundo antigo. Não é seu objetivo situar uma biopolítica entre os antigos, mas apresentar a genealogia de algumas das práticas exercidas nos governos biorreguladores. Práticas essas que, a partir de 1978, passam a ser associadas ao poder pastoral. Ao contrário do que a maior parte dos leitores de Foucault e estudiosos do tema indicam, as bases tecnológicas do biopoder não são iniciadas historicamente no corpo-máquina, no poder disciplinar, mas, muito antes, no poder pastoral do Oriente.

Vemos, então, no pastorado cristão, as primeiras técnicas ocidentais dos governos da vida. Identificamos o poder pastoral como alternativa para o governo de pessoas, como organização da vida humana; modelo pelo qual se ensina as pessoas a governarem as outras, bem como fazer com que estas se deixem governar, à semelhança das ovelhas que são guiadas por seu pastor. Prática orientada pela forma histórica do pastorado hebreu, que foi determinante para influenciar o nascimento desse modo de gestão no Ocidente, a princípio na figura de Jesus de Nazaré como pastor da humanidade:

Cristo, claro, é pastor, e é um pastor que se sacrifica para trazer de volta a Deus o rebanho perdido, que chega a se sacrificar não apenas pelo rebanho em geral, mas por cada uma das ovelhas em particular. Encontramos aí o tema mosaico, como vocês sabem, do bom pastor que aceita sacrificar todo o seu rebanho para salvar a única ovelha que está em perigo (FOUCAULT, 2008, p. 201-202).

Contudo, o cristianismo em seu desenvolvimento, com a organização de paróquias e com o crescimento de sua ação territorial ao longo da Idade Média, permitiu a fragmentação da noção de pastorado como representativo único, gestor de todos. Vemos a promoção de um novo entendimento pastoral, em que não há mais somente um pastor, mas vários, estes sendo os padres da Igreja. Esse processo foi um dos causadores dos problemas que estimularam a emergência da Reforma, isto é, um questionamento sobre o estatuto de pastor aos padres. A noção de pastorado em Jesus, segundo Foucault, é também bastante distinta

de qualquer base de pastorado grego. A hipótese de Spinelli aponta para essa mesma direção: “os gregos não acreditavam na possibilidade de se conhecer deus, porque ele não é corpo, porque não se mostra ou é tangível...o nascimento de Jesus é narrado como uma ruptura dessa condição” (SPINELLI, 2002, p.109).

Toda essa etapa genealógica aqui analisada assinala a formação do poder pastoral, mas, cumpre ressaltar, que a reflexão histórica situada, até então, não inclui esse poder no nível político. Esse poder desenvolvido por um milênio e meio<sup>4</sup> permaneceu distinto de uma associação objetiva e direta com o poder político. Esta é a novidade que encontramos no exercício pastoral, a partir do século XVI: a inserção processual do saber pastoral no âmbito político e nos sistemas de governo dos Estados modernos. Nesse sentido, Foucault se atém a outra problemática, a de saber como se deu o entrelaçamento, a fusão do poder político com o poder pastoral, objetivo que é cumprido por ele no curso *Naissance de la biopolitique* no ano de 1979. Este foi seu último curso no *Collège de France* tendo como propósito um problema político, uma história dos governos, donde, aparentemente, seria o instante em que encontraríamos uma definição objetiva da *biopolítica*; entretanto, foi o que ele menos fez naquele ano. Como forma derradeira de explanação e análise desses temas, Foucault se imergiu em detalhamentos dos governos liberais tentando conceber seus traços genealógicos, analisando o liberalismo emergente do século XVIII e articulando essa história com suas antigas questões políticas. Esse material de 1979 nada mais é que um estudo erudito e intempestivo que em muito deve suas origens às posturas esquerdistas e direitistas de sua época sobre os estudos de economia e política. Trata-se de um curso que não propõe a defesa do modelo liberal, nem das saídas marxistas para o capitalismo. Seu curso apresenta de modo definitivo o estágio contemporâneo das políticas da vida associadas à nova forma assumida para compreender e lidar com a economia política e o mercado.

<sup>4</sup> Trajetória e desenvolvimento do saber-poder cristão.

Este estudo pretendeu tornar visível o Foucault historiador, mas sem furtá-lo de sua condição de filósofo. Os anos pesquisados apresentam o estudo de um historiador que trabalha com a historicidade da verdade, isto é, “ele parte da história, da qual recolhe amostras (a loucura, a punição, o sexo...) para lhe explicitar o discurso e inferir dela uma antropologia empírica” (VEYNE, 2008, p. 19). Foucault sempre se propôs referenciar e tematizar as questões históricas em si mesmas e não como casos particulares de um problema geral, mesmo quando propôs uma história universal, contudo singularizando os discursos elaborados sobre cada tempo.

**Abstract:** This study aims to analyze, genealogically, a sort of introductory topology of the problems of government at the thought of Foucault, especially as regards the conditions of possibility and the most relevant features of the invention of the concept biopolitics. What is the purpose here is not the simple application of the concepts in their historical perspectives, but to make the mapping of the concepts, the course on Foucault. For this, the governments in association with the pastoral power, with the geneses and development of policial economy.

**Keywords:** Foucault, government, biopower, genealogy

## Referências

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Trad : Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FILHO, Kleber Prado. *Michel Foucault: uma história da governamentalidade*. Rio de Janeiro: Editora Indular Achiamé, 2006.

PLATÃO. *A República*. Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Porto: Editora Calouste Gulbenkian, nona edição, 2001.

SPINELLI, Miguel. *Helenização e recriação de sentidos (A Filosofia na Época da Expansão do Cristianismo – Séculos II, III e IV)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

VEYNE, Paul. *Foucault: o pensamento, a pessoa*. Tradução de Luís Lima. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2008.